

TÍTULO DO TRABALHO			
AS EMPRESAS BRASILEIRAS TRANSNACIONAIS REPRESENTADAS NO CDES E O PAPEL DO BNDES (2003-2010)			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
André Pereira Guiot	Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias	SME-DC	Professor
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O trabalho visa apresentar os resultados da pesquisa acerca dos grupos econômicos brasileiros transnacionalizados representados pelo grande empresariado atuante no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) durante os governos Lula da Silva (2003-2010). Figuravam no CDES muitos conselheiros-empresários representantes de conglomerados econômicos financiados pelo BNDES com vistas à transnacionalização, muitos deles apontados e criticados pelos movimentos e organizações sociais como transgressores ambientais e violadores dos direitos das populações nativas. Neste período, o BNDES alterou seu estatuto e voltou-se para abertura de linhas de financiamentos com vistas à alavancagem das modalidades de transnacionalização de alguns grupos selecionados, financiando sua participação no comércio exterior, na instauração de plantas industriais e em outros investimentos almejados para além do território nacional, especialmente àqueles ligados aos projetos de integração regional. Além da composição empresarial transnacionalizada, a pesquisa revelou que a própria documentação emanada do Conselho traduzia aspectos cruciais do programa de expansão subimperialista. Em nome da construção de um projeto de “desenvolvimento com equidade”, o CDES foi também um dos espaços no aparato estatal em que o projeto expansionista brasileiro teve guarida e sedimentação, sustentado pela aliança dos setores sociais em presença e animado pelo próprio Presidente República.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
CDES – transnacionalização de empresas brasileiras – BNDES – governos Lula da Silva			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The paper presents the research results about the transnationalized Brazilian economic groups represented by big business active in the Council for Economic and Social Development (CDES) during the Lula da Silva (2003-2010). Appeared in CDES many representatives-business counselors economic conglomerates financed by BNDES aimed at trans-nationalization, many of them pointed out and criticized by social movements and organizations such as environmental offenders and violators of the rights of indigenous peoples. During this period, BNDES changed its status and turned to open credit facilities with a view to leverage the trans-nationalization of practices of some selected groups by funding their participation in foreign trade, the establishment of industrial plants and other targeted investments beyond the national territory, especially those linked to regional integration projects. In addition to the transnationalized business composition, the survey revealed that the very documentation originating Council translated crucial aspects of sub-imperialist expansion program. On behalf of the construction of a project of "development with equity", the CDES was also one of the areas in the state apparatus in which the Brazilian expansionist project was harboring and sedimentation, supported by an alliance of social sectors involved and excited by the President Republic.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
ESDC - transnationalization of Brazilian companies - BNDES – Lula's da Silva Administrations			
EIXO TEMÁTICO			
Poder, Estado e Luta de Classes			

As empresas brasileiras transnacionais representadas no CDES e o papel do BNDES (2003-2010)

1.0 – Sumária apresentação do Conselho e a proporcionalidade dos segmentos nele representados

O CDES credenciava-se como importante agência estatal envolvida na proposta de elaborar estratégias de “desenvolvimento econômico com equidade social” nos governos Lula da Silva. Propagado por seus defensores como uma arena representativa da sociedade civil brasileira, era constituída por 90 lideranças “de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade, designados pelo Presidente da República para mandatos de dois anos, facultada a recondução”¹ e por 17 Ministros de Estado, além do próprio Presidente da República. Como órgão *consultivo* da Presidência, as plenárias realizavam-se quatro vezes ao ano e combinavam temas apresentados pelo governo e pelos conselheiros.

Regulamentado pela lei 10.683/03, o CDES foi estruturado pela Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico (SEDES) que tinha como um dos objetivos “coordenar e secretariar o funcionamento do CDES, visando promover a articulação da sociedade civil organizada para a consecução de um modelo de desenvolvimento capaz de configurar um novo e amplo contrato social”.²

As competências gerais do CDES foram definidas no artigo 8º da lei 10683/03:

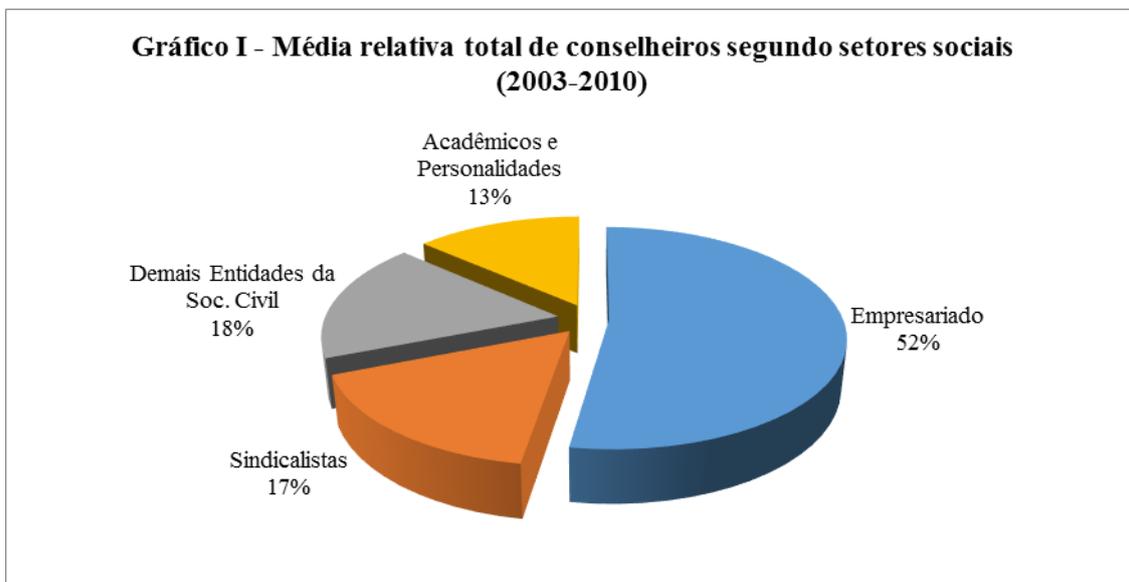
... assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social, produzindo indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento, e apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas à articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e a concertação entre os diversos setores da sociedade nele representados.

No que tange à composição plenária, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social comportava importantes setores das burguesias do capitalismo brasileiro no início do século XXI. De acordo com nosso levantamento, coleta e organização dos dados, cerca de 50% a 60% dos conselheiros presentes no CDES durante os anos de 2003 e 2010 estavam umbilicalmente ligados a atividades empresariais de todo tipo e origem, seja ocupando posição de prepostos (diretores, gerentes ou CEO's) de grandes grupos econômicos, empresas ou firmas, seja eles próprios seus proprietários ou acionistas majoritários.

¹ Artigo 8º, §1º, inciso IV da lei 10683/03.

² Art. 2º, §1º e §2º da lei 10683/03. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11204.htm>

A presença esmagadora dos setores burgueses organizados em seus aparelhos privados de hegemonia no CDES não pode nos furtar de ao menos elencar os demais setores representados e por nós classificados como “sindicalistas”, “demais entidades da sociedade civil” e “acadêmicos e personalidades”. O gráfico abaixo sumariza a participação numérica destes setores no CDES e revela, nitidamente, a sobre-representação empresarial ao longo de todo o período dos governos Lula da Silva (2003-2010).



Com a exceção de 2007, ano em que houve substancial alteração na composição da plenária do CDES (45%), em todos os demais a soma de todos os conselheiros dos segmentos sub-representados não conseguiu ultrapassar os conselheiros-empresários presentes. Após 2007, ocorreu mesmo reforço e ampliação relativa da representação empresarial no CDES. Se considerarmos a média absoluta total de cada segmento em todo o período, veremos que o empresariado esteve presente com 46 conselheiros, representando 52% da média relativa total de membros do Conselho.³ Em seguida, figura o segmento “demais entidades da sociedade civil” com a presença média de 15,5 conselheiros (18% da plenária), vindo acompanhado do segmento sindical representado por 14 conselheiros em média (16% da plenária). Por fim, o segmento “acadêmicos e personalidades” sendo o menos representado em relação aos demais segmentos no período, com média de 12 conselheiros (14% da plenária). Atenta-se para o fato de que a média (absoluta e

³ A média absoluta total foi calculada a partir da soma do número de empresários que compunham o CDES em cada ano, entre 2003 e 2010, dividido pelo número de anos deste período (8 anos). A média relativa total foi calculada pela média aritmética das médias relativas anuais. Estas foram calculadas pela divisão entre o número de conselheiros-empresários e o número total de conselheiros, em cada ano. O mesmo procedimento foi feito para os demais segmentos sociais. Outra maneira de se retirar a média relativa total é a partir da divisão entre a média absoluta total do segmento empresarial e a soma das médias de todos os demais segmentos (sindical laboral, entidades da sociedade civil e acadêmicos e personalidades).

relativa) de cada segmento não empresarial arrolado não chegou a ultrapassar 1/5 da composição do Conselho, cuja média absoluta total girou em torno de 87,5 conselheiros.

Estamos convencidos de que a composição empresarial presente no Conselho respondia à convocação de destacados intelectuais orgânicos do Estado-Maior da burguesia brasileira (convocados como “conselheiros da sociedade civil”) – e não meramente de seus estratos inferiores ou subalternos, ainda que também se fizessem presentes. A presença significativa de representantes de grupos do grande capital monopolista era evidente. O mapeamento panorâmico do seu perfil corporativo e associativo possibilitou-nos comprovar que os grupos e firmas de que os conselheiros representavam se envolviam numa teia de atividades econômicas setoriais de todo tipo (industrial, agroindustrial, comercial e de serviços, bancárias, financeiras não-bancárias). A capilarização e o entrelaçamento dos capitais dos grupos e firmas dos conselheiros-empresários mostrou-se através de vinculações acionárias (participações acionárias diretas e indiretas) entre eles.

Os resultados da pesquisa sobre estes empresários e seus grupos econômicos revelou que eles não apenas estavam entrelaçados no mundo dos negócios, nas variadas e distintas entidades da sociedade civil patronais em que militavam, mas, também, na sociedade política (órgãos, agências, aparelhos do Estado restrito). Estes empresários, durante os governos Lula da Silva, não apenas mantiveram, mas também criaram novas conexões com o Estado, instaurando-se em várias agências estatais, muitas das quais criadas durante este período, principalmente nos conselhos e comissões internas do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC), com destaque ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), ao Conselho do Setor Privado da CAMEX (Câmara de Comércio Exterior).

Contudo, neste trabalho nos importa apresentar e analisar as conexões destes empresários e seus grupos econômicos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Foi possível averiguar que parte não desprezível dos grupos representados no Conselho eram de capitais brasileiros (leia-se instalados no Brasil) transnacionalizados, principalmente na América Latina e na Ásia e que receberam grandes aportes de recursos do BNDES. Além disso, encontramos também a presença de alguns conselheiros-empresários (megaempresários e organizadores de potentes aparelhos privados de hegemonia das frações burguesas) nos assentos nos conselhos de administração do BNDES.

2.0 - As empresas brasileiras transnacionais representadas no CDES e o papel do BNDES (2003-2010)

A pesquisa acerca das firmas e grupos econômicos de que os conselheiros-empresários eram representantes e/ou socioproprietários nos mostrou que eles participavam de uma política

expansionista para outros países (transnacionalização), muitos dos quais recebiam volumosos recursos do BNDES durante os mandatos de Lula da Silva. Neste período, o Banco alterou seu estatuto e voltou-se para abertura de linhas de financiamentos com vistas à alavancagem das modalidades de transnacionalização de alguns grupos selecionados, financiando sua participação no comércio exterior, na instauração de plantas industriais e em outros investimentos que almejavam, para além do território nacional, especialmente àqueles ligados aos projetos de integração regional. Trata-se de um “papel fomentador da expansão imperialista realizado pelo Estado brasileiro”, nas palavras de Fontes (2009, p. 220), levando a autora a considerar que o Brasil incorpora-se, ainda que de forma subordinada, ao conjunto dos países imperialistas. Este movimento desigual e combinado de capitais subimperialistas de origem brasileira traduz-se, em tempos recentes, em uma “mescla de solidariedade e truculência” no cenário internacional, carreando “para fora do país as determinações internas ambivalentes, muitas vezes apresentadas como valiosos ou generosos atributos” (FONTES, 2014, p. 237-238).

O processo foi defendido pelo governo e/ou por avaliações elogiosas a esta política, sob o signo da “cooperação progressista” entre os governos sul-americanos, em que o caso brasileiro é encarado como portador de um “importante instrumento do programa político neodesenvolvimentista” (BERRINGER, 2013, p. 24):

Grande parte dos investimentos brasileiros na América do Sul está ligada a um fortalecimento das políticas desenvolvimentistas que dependem de investimento externo. Os governos (nacional-desenvolvimentistas), em sua maioria, não dispunham de recursos e estrutura para a execução da obra no período desejado, por isso, contaram com a atuação das empresas brasileiras e com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (idem, p. 116).

Em oposição a esta visão parcial, isto é, considerando o extravasamento das atuações truculentas e autocráticas de nossa burguesia, a expansão de capitais aqui instalados ocasiona dramáticos impactos socioambientais e trabalhistas nas populações atingidas, ensejando, por isto, críticas e estratégias de ações mobilizadoras por parte de redes, organizações e movimentos sociais articuladas em torno da “Plataforma BNDES”,⁴ cujas pautas não se limitam apenas à exigência de

⁴ A Plataforma BNDES conta com os seguintes organizações: Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, Associação de Funcionários do BNB, ATTAC – Brasil, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), Cresol – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Integração Solidária, Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria, Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), Foro Boliviano sobre Medio Ambiente y Desarrollo (Fobomade), Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), Fórum Popular e Independente do Madeira, Frente Nacional do Saneamento Ambiental (FNSA), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável (IBISS-CO), Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Instituto Mais Democracia, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), Instituto Socioambiental (ISA), Justiça Global, Justiça nos

mera “governança democrática” do Banco, mas também põem em evidência o papel que ele ocupa na formatação de um dado padrão de produção de riqueza (na turbinagem de setores intensivos em recursos naturais, com grande poder de degradação ambiental e enxugadores das cadeias produtivas) e suas consequências para a precarização do emprego e aprofundamento das desigualdades.

A atuação do BNDES passa ao largo de um suposto “desenvolvimento sustentável” apregoado e alardeado pelos ideólogos governamentais e acadêmicos, alguns dos quais presentes no CDES, investindo pesadamente no aumento da competitividade das empresas e no aumento de divisas via exportação, ao arrepio do bem-estar econômico e socioambiental das populações drasticamente atingidas pelas operações das empresas e grupos financiados pelo Banco. Segundo Ana Saggiaro Garcia (2012, p. 76-77),

As multinacionais com sede no Brasil procuram atuar dentro do mesmo padrão que as demais multinacionais das potências tradicionais, por vezes com consequências sociais e ambientais negativas, impactando especialmente as classes sociais mais vulneráveis. Em alguns casos, conflitos entre empresas e governos locais se transformaram em conflitos diplomáticos. As políticas públicas não podem deixar de considerar, com a prioridade necessária, as populações locais, os trabalhadores e o meio ambiente como elementos fundamentais do desenvolvimento que se almeja para sociedade brasileira, e o modelo de desenvolvimento que é levado a outros povos.

Conselheiros pertencentes a organizações sociais revelavam, nas plenárias do CDES, insatisfações quanto ao referido “modelo de desenvolvimento” financiado pelo Banco. Em discussões sobre tensões derivadas da expansão dos investimentos via políticas estatais e seu impacto nas populações atingidas (voltadas para o plano doméstico), as opções sugeridas eram “efetiva participação cidadã” ou “controle social”.

O conselheiro José Antonio Moroni (ABONG/INESC) solicitava “condições adequadas de interlocução no desenho, na gestão e na avaliação das políticas energéticas como nas demais políticas”, que não deveriam apenas “se restringir às audiências públicas onde os estudos são apenas apresentados e discutidos sem nenhum mecanismo que garanta a análise das discussões no processo decisório governamental”. Reivindicou ainda o conselheiro, frente à então Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, na 8ª Reunião Plenária do CDES em agosto de 2004, um equilíbrio “na participação dos diferentes atores sociais que atuam no tema energia” (e não apenas dos empresários), citando o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que questionava a matriz

Trilhos, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Movimento Xingu Vivo, Plataforma Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DESCHA), Rede Alerta contra o Deserto Verde, Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), Repórter Brasil e Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Disponível em <<http://www.plataformabndes.org.br/site/index.php/quem-somos>>. Acesso em 11/12/2014.

energética adotada, baseada na construção de grandes barragens, desalojando “mais de 300 mil famílias” e que, segundo dados do próprio MAB citados pelo conselheiro, “a cada 100 famílias deslocadas, 70 não recebem nenhum tipo de indenização”:

A interlocução do governo deve ser equilibrada, não podendo privilegiar os chamados agentes do setor que são as empresas de geração, transmissão, distribuição, comercialização e os grandes consumidores. Até o presente momento, a ação governamental tem privilegiado esses atores na interlocução, deixando um espaço subalterno para os sindicatos, movimentos sociais e organizações que trabalham como tema ou que são diretamente atingidas pelas políticas como, por exemplo, na construção das grandes obras. É necessário ouvir realmente a população que é diretamente atingida por estas obras (Conselheiro Antonio Moroni, ATA da 8ª Reunião Plenária, 04/08/2004, p. 14).

A resposta da ministra ficou, entretanto, muito aquém do que os movimentos sociais atingidos pelas grandes obras (e por quem acenava por eles no CDES) esperavam:

No que se refere aos agricultores, nós temos uma mesa de negociação do MAB, por concordar que esta questão das indenizações é estratégica, por estar bastante claro para o país que é uma questão de justiça social a gente dar importância a esses pleitos. Inclusive, no programa “Luz para Todos”, a prioridade é levar energia elétrica para os agricultores reassentados (...) (Ministra Dilma Rousseff, ATA da 8ª Reunião Plenária, 04/08/2004, p. 27).

Os segmentos pertencentes ou próximos aos movimentos sociais eram ínfima minoria no CDES, mas compareciam com pautas e reivindicações específicas que o empresariado não reverberava. O tema era abordado à medida que se aproximava e se articulava com as próprias demandas empresariais. No Conselho, figuravam representantes de grandes firmas e conglomerados econômicos financiados pelo BNDES e/ou transnacionalizados ao longo das últimas décadas, muitos deles apontados e criticados pelos movimentos e organizações sociais como transgressores ambientais e violadores dos direitos das populações nativas.

O governo, por outro lado, parecia dimensionar muito mais a importância econômica destes grupos na dinamização do modelo de desenvolvimento que se pretendia “sustentável”. Mesmo apresentando-se com o slogan “Brasil de Todos”, a *Realpolitik* movia-se rumo ao impulsionamento sem rédeas das transnacionais, do agronegócio e das altas finanças.

Na 4ª Reunião Plenária, em setembro de 2003, Lula da Silva expressava, de forma clara e cabal, o que se esperava do grande empresariado em seu governo, onde as expressões “vocaçãõ expansionista” e “vocaçãõ de parceria” traduziam, inequivocamente, a conjunçãõ entre dominaçãõ econômica e consenso político como pedra de toque do caráter subimperialista que o Estado potencializava:

Quando eu tinha marcado para ir a África, para julho, o que eu fiquei impressionado é que, só no Itamaraty, 203 empresários se inscreveram para fazer a viagem para a África. Tantos não se inscreveram para ir a outros países a que eu fui, numa expectativa que o empresário brasileiro também precisa começar a pensar em ser grande. Não é nenhuma vergonha o empresário brasileiro pensar

em ser um empresário multinacional. E se ele quiser ser multinacional, ele tem que deixar de ser pessimista e começar a procurar outros espaços. [...] Então, o que eu acho é que nós temos que ter uma vocação expansionista enquanto empresários, enquanto governo. [...] nós não queremos ter vocação de hegemonia com ninguém. Nós queremos ter uma vocação de parceria, nós queremos ser companheiros da Argentina [...], do Uruguai, do Paraguai, [...] da Colômbia, do Peru, da Venezuela [...] (Presidente Lula da Silva, ATA da 4ª Reunião Plenária, 04/09/2003, p. 6 – grifos meus).

Pouco mais de seis anos depois, na 32ª Reunião Plenária do CDES, Lula da Silva expunha e avalizava, com radical *performance* anti-classista operária, assombrosa reprodução do caráter e do tratamento historicamente autocrático e truculento das burguesias brasileiras, reproduzido alhures e com o qual parecia regozijar-se:

Eu lembro do orgulho, Gerdau, quando eu fiquei sabendo que você estava comprando fábrica nos Estados Unidos. Para mim, *é a glória* a gente saber que um banco brasileiro está comprando um banco lá fora, que uma empresa brasileira, está comprando uma empresa lá fora. É extraordinário! Os dirigentes sindicais de lá, Feijóo [vice-presidente da CUT], vinha pedir para eu falar com o Gerdau: “pô, o Gerdau está sendo duro na greve”. Mas também é aqui dentro, mas também é aqui dentro. Mas, veja... *Mas antes éramos nós que ficávamos pedindo favor aos dirigentes sindicais europeus e americanos para ajudar a gente. Então, é um motivo extraordinário de amostragem de como este país está mudando de patamar.* E o importante é que isso seja consolidado definitivamente, que isso seja consolidado para que a gente ocupe o lugar que a gente tem (Presidente Lula da Silva, ATA da 32ª Reunião Plenária, 09/12/2009, p. 26 – grifos meus).

As firmas e grupos transnacionalizados presentes no CDES mostram inequívoca configuração expansionista e forte obtenção de recursos governamentais, principalmente via BNDES. Ao avaliarmos sua dispersão geográfica, das 82 firmas e grupos econômicos cujos proprietários e/ou prepostos (executivos, diretores, gerentes e membros de Conselhos de Administração) atuaram no CDES entre 2003 e 2010, 21 deles apresentaram um total de 135 inserções em diversos países, considerando “inserções” como empreendimentos e/ou investimentos (subsidiárias derivadas de fusões e aquisições, novas instalações industriais e escritórios comerciais). Este total equivale ao somatório de “inserções” de cada empresa dos conselheiros-empresários não expressando o número total de países, pois havia a atuação de mais de um grupo ou firma brasileira em alguns países. Das 135 inserções, 87 delas (65%) envolviam apenas 4 grandes grupos: CRVD, Odebrecht, Itaú-Unibanco e Gerdau. Se acrescentarmos a estes os grupos Bradesco e Vicunha, chegamos a 75% do total de inserções, revelando que a política de patrocínio de “campeãs nacionais” levada a cabo pelo BNDES replicava no interior do Conselho sua face seletiva e concentracionista.

Os 21 grupos e firmas se encontravam espalhados da seguinte forma: na América do Sul destacava-se a presença de 14 grupos e firmas com 36 inserções nos países da região; nos países asiáticos, 12 grupos e firmas brasileiros representados no CDES sustentavam 30 empreendimentos,

com destaque à CVRD, presente em 14 deles; a Europa aparecia em 3º lugar no total de investimentos, recebendo 23 deles; em seguida, os países da América do Norte receberam 18 empreendimentos sendo distribuídos de forma bastante pulverizada entre os grupos e firmas; ao contrário, a África sofreu investimentos de apenas dois grandes grupos instalados no CDES: a CVRD, com 9 empreendimentos, e a Odebrecht, com 5; os países da América Central receberam 12 empreendimentos, sendo que 8 deles pertencentes aos referidos 4 grandes grupos acima destacados; por fim, a Vale comparecia em 2 empreendimentos na Oceania.

O quadro abaixo traz, de maneira detalhada, os grupos e firmas brasileiros transnacionalizados instalados no CDES e a dispersão geográfica de seus investimentos no mundo, traduzida em números absolutos de países em cada (sub)continente:

Quadro I - Dispersão geográfica das transnacionais brasileiras presentes no CDES⁵

Grupos e Firms transnacionais	Total de investimentos nos países	América do Sul	Ásia	Europa	América do Norte	África	América Central	Oceania
Vale	37	5	14	4	2	9	1	2
Grupo Odebrecht	21	5	3	3	2	5	3	
Itaú-Unibanco	16	5	3	5	1		2	
Grupo Gerdau	13	6	1	1	3		2	
Bradesco	6	1	1	2	2			
Grupo Vicunha ⁶	6	3	1	1	1			
Embraer	5		2	2	1			
Suzano Holding S/A	5	1	1	2	1			
Grupo Alusa	4	3					1	
CBMM	3		1	1	1			
BM&FBOVESPA	3		1	1	1			
Usiminas ⁷	3	2					1	
Ipiranga (Ultrapar Participações)	3	1					2	
CSN	2			1	1			
Gradiente ⁸	2	1	1					
DHB	1		1					
Dixie-Toga ⁹	1	1						

⁵ Os dados trazem a situação de internacionalização dos Grupos ou Firms em 2010, a partir do Ranking 2011, realizado pela Fundação Dom Cabral (FDC) e disponível em seu endereço eletrônico (www.fdc.org.br). Para Grupos ou Firms não encontrados nesta pesquisa, buscamos os dados em seus próprios sites. Outras fontes importantes foram: GOMES (2011); IGLESIAS (s/d). RIBEIRO (2008). Com estas fontes, quando foi possível, levamos em consideração a situação de internacionalização dos Grupos e Firms no período em que estiveram representadas no CDES, e não o Ranking da FDC de 2011.

⁶ Dados extraídos de <www.vicunha.com.br/mostra_arquivo.php?arquivo=backoffice/...>.

⁷ A Usiminas possuía participações minoritárias na Argentina, Venezuela e México, por meio da Ternium, que é controlada pela ítalo-argentina Tchint. A Usiminas tinha 14% de participação na Ternium. Disponível em <http://www.cnmcut.org.br/conteudo/usiminas-desiste-de-projeto-no-exterior>.

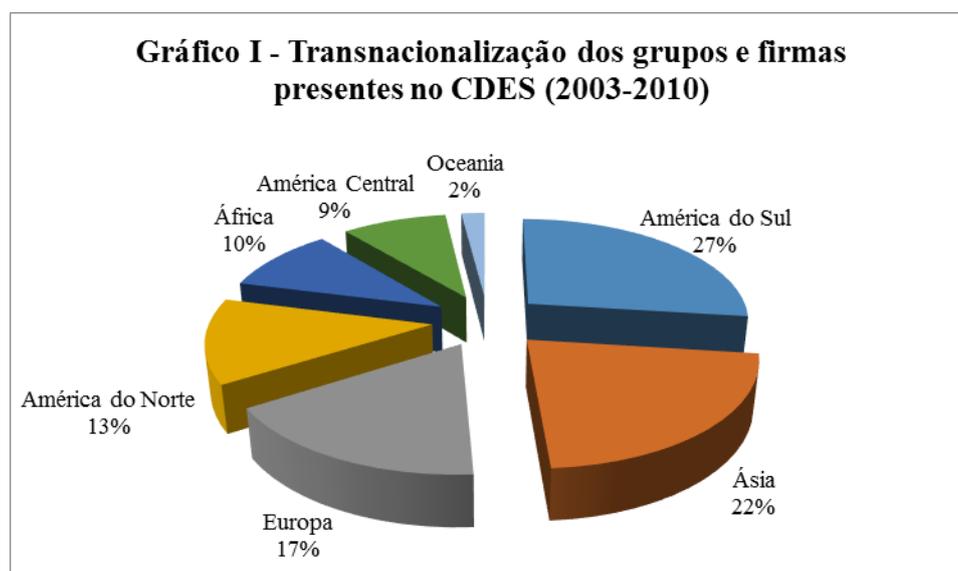
⁸ Retirado de <www.bmfbovespa.com.br>.

⁹ Desde 2005, a Dixie-Toga foi vendida ao grupo estadunidense Bemis, antes acionista da empresa brasileira. Entre 2003 e 2005, quando o empresário Sérgio Habersfeld atuou no CDES, ele ainda era dono da empresa. De 1995 a 2005, a

Grupo Verdi/ Rodobens	1	1						
Klabin S/A	1	1						
Arko Advice Pesquisas	1				1			
Sucocítrico Cutrale	1				1			
Total	135	36	30	23	18	14	12	2

Elaboração própria.

O gráfico abaixo nos dá a dimensão, em termos relativos, dos investimentos dos 20 grupos e firmas transnacionais presentes no CDES em cada (sub)continente em relação aos 132 empreendimentos totais realizados:



Elaboração própria.

Das empresas acima arroladas no quadro I, difícil é saber quais delas não receberam, durante os governos Lula da Silva, recursos do BNDES. Vale, Gerdau e Odebrecht, as mais internacionalizadas não financeiras presentes no CDES figuravam dentre as que mais receberam recursos do Banco, segundo dados apresentados por Almeida (2009, p. 66-67), Nóvoa (2009, p. 193-195) e pesquisa própria:

Quadro II – As conexões de Firmas e Grupos transnacionalizados brasileiros com o governo e o recebimento de recursos do BNDES

Firmas e Grupos	Relações com o governo	Empréstimos do BNDES para empresas do mesmo grupo
Vale	Participação direta do BNDESPar em 4,08% do capital	R\$ 774,6 milhões (2007); R\$ 7,3 bilhões (2008); R\$ 93 milhões (2009)
Gerdau	Participação direta do BNDESPar em 3,5% do capital	R\$ 174,6 milhões (2004); R\$ 26,6 milhões (2004); R\$ 900 milhões (2005); R\$ 345,4 milhões (2006); R\$ 1,5 bilhão (2009)
Construtora Odebrecht	Sócio da Petrobrás na Braskem, que	Rio Claro Agroindustrial (R\$ 419 milhões, em

Dixie-Toga havia adquirido a argentina American Plast, inserindo-se na transnacionalização. Disponível em <<http://www.dixietoga.com.br/dixie-toga/historia/default.aspx>>.

	tem participação direta da BNDESPar	2008); Agro Energia Santa Luzia S.A (R\$ 377 milhões em 2008); Usina Conquista do Pontal (R\$ 355,5 milhões em 2009).
Braskem S.A (Grupo Odebrecht)	Participação direta do BNDESPar em 5,22% do capital	R\$ 384,6 milhões (2005); R\$ 555 milhões (2009)
Itaú-Unibanco	-----	R\$ 196,1 milhões (2008)
Grupo CSN-Vicunha	Participação direta do BNDESPar em 3,64% do capital	R\$ 332,8 milhões (2005); R\$ 500 milhões (2006); R\$ 558 milhões (2009).
Usiminas	A Previ tem 10,4% do capital, o grupo Votorantim, 13%, e o grupo Camargo Corrêa, 13%	R\$ 900 milhões (2006); R\$ 493 milhões (2008); R\$ 602 milhões (2009)
Embraer	Participação direta do BNDESPar em 5,05% do capital, da Previ em 14,1% e da União em 0,3%.	US\$ 770 milhões (2003); US\$ 220,8 milhões (2004)
Suzano Papel e Celulose	O Grupo Suzano é sócio da Petrobrás na Rio Polímeros	R\$ 184,7 milhões (2005); R\$ 2,4 bilhões (2006)
Grupo Alusa	-----	R\$ 225,8 milhões (2008)
CBMM	-----	R\$ 130,0 milhões (2007) ¹⁰
DHB	BNDESPar adquiriu participação acionária em 2010. ¹¹	Sem informações disponíveis.
Gradiente	Investimentos de 68 milhões do Funcef, da Petros, da Agência de Fomento do Estado do Amazonas e da americana Jabil.	R\$ 100 milhões (2005)
Dixie-Toga	-----	R\$ 16,9 milhões (2004) ¹²
Klabin	Participação direta do BNDESPar em 20,25% do capital	R\$ 195,6 milhões (2004); R\$ 1,74 bilhão (2006)
Ipiranga (Ultrapar Participações)	Vendida em 2007 para Petrobrás, Braskem e Grupo Ultra; BNDES tem participação direta na Braskem e na Petrobrás.	R\$ 1,1 bilhão (2008) ¹³

Elaboração própria. Fontes: ALMEIDA (2009) e NÓVOA (2009) e pesquisas na internet.

Das 21 empresas transnacionais em apenas 5 não encontramos registros de recebimentos de recursos monetários do BNDES durante os governos Lula da Silva: BM&FBOVESPA, Arko Advice Pesquisas, Sucocítrico Cutrale e as líderes do setor bancário-financeiro, Itaú-Unibanco e Bradesco. Todas as demais mantiveram, durante o período, vínculos orgânicos com o BNDES, seja através de participações acionárias diretas do Banco nestes grupos e firmas (7 casos), seja através de empréstimos tomados (15 casos) e, para o caso de 6 firmas e grupos, ambos os mecanismos de vínculos prevaleceram. Ademais, 5 grupos e firmas transnacionalizados que não mantinham relação direta com o BNDES na forma de participação acionária, apresentavam, na sua carteira de acionistas, investimentos de fundos públicos (Previ, Funcef e Petros) e da Petrobrás.

A pesquisa acerca das relações corporativas dos grupos econômicos presentes no CDES revelou-nos a montagem de uma robusta e intrincada *rede de participações acionárias entre estes grupos*. A *rede de grupos econômicos* no CDES, entretanto, foi suscetível de maior organicidade e

¹⁰ Conforme consta no site <http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=cbmm_inversoes_ja_somam_r_125_mi__&id=117095>. Acesso em 11/12/2014.

¹¹ Disponível em <http://www.valor.com.br/sites/default/files/dhb_itr_2t12.pdf>. Acesso em 11/12/2014.

¹² Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/valor/2004/05/17/ult1913u8049.jhtm>>.

¹³ Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ultrapar-vai-receber-r-1-1-bi-do-bndes,273255>>. Acesso em 12/12/2014.

tamanho ao considerarmos que o BNDES - principal “ator de ligação”, na última década e meia, entre aglomerados econômicos, ao lado dos fundos de pensão das empresas estatais, como Previ, Funcef, Petros, entre outros¹⁴ - abrigava em suas diretorias diversos conselheiros-empresários, demonstrando a forte penetração dos aparelhos privados de hegemonia empresariais no BNDES, por meio de assentos em seu Conselho de Administração. O quadro abaixo expõe os conselheiros que atuaram no BNDES e em bancos estaduais de desenvolvimento:

Quadro III – A presença de conselheiros no BNDES e em Bancos Estaduais de Desenvolvimento

Conselheiros	Bancos de Desenvolvimento (Nacional e Estaduais)
1) Benjamin Steibruch	Conselho de Administração do BNDES.
2) Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira	Conselho de Administração do BNDES.
3) João Elisio F. de Campos	Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A.
4) José Mendo Mizael de Souza	Diretor Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).
5) Luiz Carlos Delben Leite	Presidente do BNDES (1993).
6) Mauro Knijnik	Vice-Presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado do RS - Banrisul; Presidente da Junta de Coordenação Financeira do Estado do RS.

Elaboração própria. Fonte: site do CDES (www.cdes.gov.br) e pesquisas na internet.

O BNDES, sob os governos Lula, “vem protagonizando dinâmicas de concentração e centralização dos capitais postados no Brasil (...). Um espaço assumidamente dedicado a valorizar o capital despatriado”, seguindo um modelo de “inserção competitiva” potencializando empresas de capital “nacional”.¹⁵ Já em 2003, ano de edificação do Conselho, o Banco financiava, através de participações acionárias, os seguintes grupos econômicos nele representados: a Petrobrás, a Cia. Vale do Rio Doce, a Telemar, a Klabin, a Iochpe-Maxion, a Gerdau e a Rio Polímeros S/A, empresa da Suzano Holding.¹⁶ Considerando que Benjamin Steinbruch, Eduardo Gouveia Vieira e Luiz Carlos Delben Leite tenham assumido posições no Conselho de Administração do BNDES,¹⁷ os grupos econômicos de que faziam parte também estabeleciam laços (indiretos) com aqueles financiados pelo Banco. Segue abaixo figura ilustrativa da constituição de uma *rede de grupos econômico-financeiros* presentes no CDES durante o período 2003-2010.

Com exceção do Grupo Camargo Corrêa, todos os demais Grupos Econômicos e firmas que compõem a rede corporativa estavam representados no CDES. Seja através de participações

¹⁴ LAZZARINI, Sérgio. *Capitalismo de laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. RJ Elsevier, 2011.

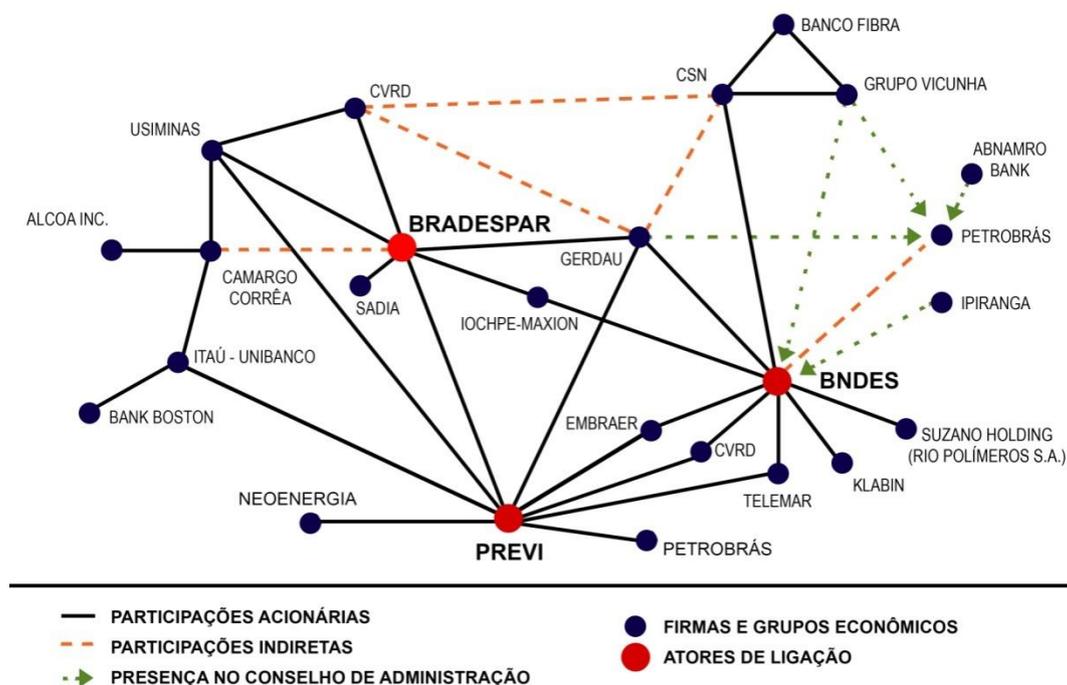
¹⁵ NÓVOA, Luis Fernando. O Brasil e seu “desdobramento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. In: IRLS-INSTITUTO ROSA LUXEMBURG SITFTUNG. (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. SP: Expressão Popular, 2009, p. 190-191.

¹⁶ *Revista Balanço Anual 2004: a mais completa radiografia dos negócios do País*. GAZETA MERCANTIL. SP: Editora JB S.A., 2004, p. 32-82.

¹⁷ Paulo Skaf, ex-empresário do setor têxtil e presidente da FIESP, também compunha o Conselho de Administração do BNDES.

acionárias diretas (compra de ações ordinárias), seja por participações acionárias indiretas (por exemplo, Gerdau, CVRD e CSN mantiveram vínculos indiretos resultante de participação acionária conjunta na MRS Logística), seja por conexões advindas da atuação em Conselhos de Administração, havia *forte entrelaçamento* entre agentes econômicos representados no CDES no mundo corporativo. Três *atores de ligação* detinham centralidade na rede: o Bradespar, o BNDES e o fundo de pensão PREVI. Eram responsáveis pela conexão com os demais agentes devido às posições estratégicas que ocupavam, ou seja, como investidores e/ou prestamistas detentores de fabulosos recursos, permitindo-lhes ter mais contatos, laços ou conexões.

Figura I – Rede representativa do Capital Financeiro no CDES (2003-2010)



Elaboração própria. Fontes: LAZZARINI (2011); GAZETA MERCANTIL (2004); VALOR GRANDES GRUPOS (2004); ALMEIDA (2009); ZIBECHI (2012). Sites da internet como o do CDES, do CADE e do BNDES.

As interpenetrações de capitais mostradas pela pesquisa apontam para a consolidação de um *autêntico capital financeiro* (ou união íntima entre o capital monetário e o capital produtor de valor sob o predomínio do primeiro) representado no Conselho. Dadas as limitações do objeto desta tese, não averiguamos detalhadamente esta “união íntima”. Não obstante, vale lembrar que Lênin, em 1916, apanhou com exatidão a constituição da fusão entre o capital monetário e funcionante:

Quanto à estreita relação existente entre bancos e a indústria, é precisamente nesta esfera que se manifesta (...) o novo papel dos bancos. Se o banco desconta as letras de um empresário, abre-lhe conta corrente, etc., essas operações, consideradas isoladamente, não diminuem em nada a independência do referido empresário, e o banco não passa de um modesto intermediário. Mas se essas operações se tornam cada vez mais frequentes e mais firmes, se o banco “reúne” nas suas mãos capitais

imensos, se as contas correntes de uma empresa permitem ao banco – e é assim que acontece – conhecer, de modo cada vez mais pormenorizado e completo, a situação econômica do seu cliente, o resultado é uma dependência cada vez mais completa do capitalista industrial em relação ao banco.

Simultaneamente, desenvolve-se, por assim dizer, a união pessoal dos bancos com as maiores empresas industriais e comerciais, a fusão de uns com as outras mediante a posse de ações, mediante a participação dos diretores dos bancos nos conselhos de supervisão (ou de administração) das empresas industriais e comerciais, e vice-versa (LÊNIN, 1986, p. 605-606).

A definição de Lênin de capital financeiro expressa, a nosso ver, a culminação das interpenetrações de capitais que estamos mostrando ao longo de todo este capítulo. Não se trata apenas de uma interpenetração entre os setores do capital produtivo de valor, mas, principalmente, de como este entrelaçamento está atravessado pela direção e impulsionamento de volumes maciços de capitais das distintas formas de atividades do capital monetário ou portador de juros através de bancos, fundos de pensão, empresas seguradoras, corretoras, de câmbio, de crédito, investimentos em títulos da dívida pública, etc.

Muito provavelmente recursos obtidos por alguns conselheiros do CDES via BNDES foram advindos da sua condição de conselheiro. No caso do conselheiro-usineiro José Carlos Bumlai, o cotejamento entre alguns documentos pesquisados revelou que o Conselho serviu de trampolim para angariar recursos do Banco. Em 2008, Bumlai recebeu R\$ 338.079.767,00 de empréstimos, no mesmo pacote de recursos enviado às usinas de Marcelo Odebrecht,¹⁸ que ingressaria no CDES apenas em 2010. Paulo Godoy, proprietário do Grupo Alusa, também foi agraciado por empréstimos do Banco em dezembro do mesmo ano. As usinas de sua Holding – a Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A, em Lavrinhas (SP), recebeu R\$ 111,2 milhões e a Usina Paulista Queluz de Energia S.A, em Queluz (SP) recebeu 114,6 milhões.¹⁹ No todo, os três conselheiros embolsaram praticamente 20% dos R\$ 7.052.599.569,00 relativo aos dez maiores empréstimos diretos do BNDES para a indústria em 2008. A Fiat Automóveis, cujo *CEO* ingressara no CDES em 2010, figurava dentre outras empresas receptoras destes recursos.²⁰

No caso de Bumlai, consta no Relatório de Atividades do CDES de 2007 que o referido conselheiro “questionou a baixa prioridade do BNDES para o financiamento de projeto na área de

¹⁸ Dados revelados por Almeida (2009, p. 63) comprovam que, em 2008, as usinas Rio Claro Agroindustrial Ltda (GO) e Agroenergia Santa Luzia Ltda (MS) de propriedade do Grupo Odebrecht receberam empréstimos do BNDES nos valores de R\$ 419.513.867,00 e R\$ 377.728.867,00, respectivamente.

¹⁹ Retirado de <http://segurogarantia.net/noticia/bndes-aprova-credito-de-r-226-milhoes-para-duas-pchs-do-grupo-alusa/#.Vio1xivF9_A>. Acesso em 11/12/2014.

²⁰ As empresas, não representadas no CDES, mas que também receberam empréstimos do BNDES neste ano foram a Bertin S.A (R\$ 2.499.929.732,00), a JBS S.A (R\$ 1.109.267.813,00), a Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos Ltda (R\$ 700.000.000,00), a Independência Participações S.A (R\$ 449.999.979,00) e a Perdígão Agroindustrial (R\$ 342.694.800,00), todas do ramo de frigorífico de carnes e processamento de alimentos. A Totvs S.A, empresa do setor de informática e de desenvolvimento de software, recebeu empréstimo no valor de R\$ 404.500.000,00, “no âmbito do programa para o desenvolvimento da indústria nacional de software e serviços de tecnologia da informação (Prosoft - Empresa)”, conforme detalha a descrição do projeto (Cf. ALMEIDA, 2009).

biocombustíveis” (SEDES, 2007, p. 29) perante os funcionários do BNDES Elvio Gaspar (Diretor de Crédito e Inclusão Social) e João Carlos Cavalcanti (Superintendente da Diretoria de Infraestrutura), ambos na condição de palestrantes da III Reunião do Grupo Temático do CDES “Agenda da Infra-estrutura para o Desenvolvimento”, realizado no Auditório do BNDES, no Rio de Janeiro. Na mesma direção, o conselheiro Antoninho Trevisan afirmou que “o BNDES poderia elaborar linhas de crédito mais adequadas para o setor, em vez de tentar enquadrar os tomadores de empréstimos nas linhas atualmente existentes” (idem, p. 29). Os reclames de ambos surtiram efeito imediato e, um ano depois, tal linha de crédito já atendia o setor, inclusive a Usina São Fernando Açúcar e Alcool Ltda, de propriedade de Bumlai:

Sensibilizado pelas posições e propostas dos Conselheiros, o Superintendente de Infra-estrutura do BNDES, João Carlos Cavalcanti, convidou os Conselheiros Antoninho Trevisan e José Carlos Bumlai para uma reunião, a fim de discutir com mais profundidade uma agenda de crédito para a bioenergia e os biocombustíveis. Após esse diálogo com membros do GT Agenda da Infra-estrutura com o BNDES, esse banco ampliou significativamente suas linhas de financiamento para o setor de bioenergia e biocombustíveis e criou uma superintendência para tratar especificamente deste tema (SEDES, 2007, p. 29).²¹

Conhecido como “o homem do Barba”, pecuarista e usineiro do Mato Grosso do Sul, Bumlai acumulava não apenas prestígio e acesso direto ao gabinete da Presidência da República, mas também investigação de irregularidades pelo Ministério Público em face da contratação da empreiteira Constran – da qual Bumlai havia sido do conselho diretor até 2002 – pela prefeitura de Campinas (PAGNAN e ROCHA, 2011).²² Em entrevista, o conselheiro revelou a importância do governo Lula para a agroindústria sucroalcooleira:

Revista Dinheiro Rural - O que representa para o sr. a amizade com o presidente Lula?

Bumlai - É um privilégio e um motivo de orgulho. Quando o conheci, apresentado pelo governador Zeca do PT, fiquei impressionado com a sua visão sobre todos os problemas brasileiros. E assim como Getúlio Vargas fez história com a Petrobras e JK com a construção de Brasília, *Lula será lembrado pelo impulso que deu aos biocombustíveis* (ATTUCH, 2009).

O importante a reter é que o CDES, por sua própria configuração composta e base social predominante, evidenciava e autorizava a continuidade e o aprofundamento das tendências

²¹ Na condição de empresário e liderança do agronegócio, o conselheiro Bumlai perseguia, junto ao governo, aumento de recursos para o seu setor. Na 28ª reunião plenária do CDES, em plena crise econômica de 2008, assim se dirigiu diretamente ao presidente Lula da Silva: “O setor sucroalcooleiro, Senhor Presidente, em notável expansão, também está com problemas de crédito e merece especial atenção. O setor é grande gerador de exportação, além de ser hoje um novo e crescente pólo energético, pela instalação de unidade de biomassa, gerando energia em grande número de usinas. O BNDES poderia agir rapidamente, gerando linhas de capital de giro necessárias, devido à retração dos bancos privados que operavam com o segmento. É um setor relativamente homogêneo e concentrado, ao contrário do rural, permitindo o atendimento direto” (ATA da 28ª Reunião Plenária, 06/11/2008, p. 20).

²² Foram várias as matérias na grande imprensa que veicularam este caso. O advogado de Bumlai refutou todas as acusações.

monopolistas e expansionistas presentes na economia brasileira. Durante o período de investigação da pesquisa, estas tendências jamais foram postas em xeque. Na verdade, programaticamente, o incentivo do Estado aos monopólios brasileiros (sub)imperialistas anunciava-se no primeiro conjunto coletivo de documentos do Conselho, ainda em 2003: as Cartas de Concertação.²³

Assim, por exemplo, na 2ª Carta de Concertação, *Ação pelo Progresso e Inclusão Social*, de abril de 2003, verifica-se, no item “e”, a busca por uma “política industrial que fortaleça o consumo interno e induza o surgimento de fortes empresas de expressão multinacional”. Em junho de 2003, por ocasião da aprovação da 3ª Carta de Concertação, *Fundamentos para um Novo Contrato Social*, lê-se: “a política externa deve ser capaz de fortalecer o mercado interno e *impulsionar a criação e consolidação de grupos econômicos privados e empresas de interesse público com capacidade de disputar globalmente*” (SEDES, s/d, p. 11).

Em outro importante documento intitulado “Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento” (EED), publicado em 2006, evidencia-se o esforço em apresentar uma política externa supostamente “generosa” com os países da América do Sul, acompanhada, contudo, de um perfil “ambicioso” quanto à “abertura de novos mercados”:

O desenvolvimento econômico do país deve ser focado simultaneamente na expansão dos mercados interno e externo. No tocante ao mercado externo, há de se levar em conta que num mundo globalizado o país deve buscar alianças estratégicas regionais e multiregionais para melhorar a competitividade externa. *A política externa deve ser ambiciosa de forma a garantir a abertura de novos mercados e perseguir a redução das assimetrias econômicas e sociais no âmbito da América do Sul* (SEDES, 2006, p. 20, grifos meus).

O último documento produzido pelo CDES no período alcançado por esta pesquisa, a Agenda para um Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC), produzida em 2010, trazia como estratégias propositivas dos conselheiros pelo menos dois pontos que se referiam de forma direta ao fomento da expansão da internacionalização de capitais brasileiros:

7. *Fortalecer a internacionalização das empresas brasileiras, com presença, de maneira especial, na Ásia, América Latina, Caribe e África, mercados em expansão e nos quais o Brasil tem maiores vantagens competitivas.*

(...)

10. *Criar sinergia entre o investimento público, comandado pelas estatais, e o privado, com o objetivo de criar grupos nacionais dotados de poder financeiro,*

²³ As Cartas versavam sobre temas distintos, mas se percebe nitidamente dois *fios vermelhos* que as perpassavam: a preocupação em estabelecer marcos éticos-normativos necessários a construção de consensos entre os setores sociais presentes e aspectos conceituais e programáticos inerentes às prioridades do desenvolvimento do país. Entre fevereiro de 2003 e março 2004, a Secretaria do CDES (SEDES/SRI) publicou seis *Cartas de Concertação*, figurando como o primeiro conjunto de documentos de orientação estratégica produzido pelo Conselho. Tais publicações foram resultado de um processo de discussões entre os próprios conselheiros e entre esses e a Secretaria.

com capacidade de competição nos mercados mundiais, comprometidos com as metas de desenvolvimento do País (SEDES, 2010, p. 403, grifos meus).

Como claramente se nota, o CDES foi também um dos espaços no aparato estatal em que o projeto expansionista do capital-imperialismo brasileiro teve guarida e sedimentação, não por esforço e obra de uma suposta burocracia autonomizada, mas ao contrário, pela aliança dos atores sociais em presença: representantes do grande monopólio transnacionalizado, da cúpula sindical cutista e de intelectuais e ativistas pró-PT, animados, como vimos, pelo próprio Presidente República. Tal aliança, contudo, não eximia críticas, por exemplo, do conselheiro Arthur Henrique (Presidente da CUT) não quanto ao apoio do BNDES aos grupos transnacionalizados, mas precisamente às relações trabalhistas que o empresariado travava com os trabalhadores de outros países:

(...) o BNDES deve ampliar mais o “S” de social. Não tenho nada contra investimentos em grandes empresas internacionais brasileiras que estão atuando no exterior. Mas não podemos ter uma grande empresa brasileira, como a Vale do Rio Doce, investindo no exterior e aplicando políticas trabalhistas lá foram que condenamos internamente. São coisas que precisamos começar a enxergar e alertar (SANTOS, 2010, p. 199, grifos meus).

O conselheiro César Brito (Presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB), por sua vez, reconhecia tanto os frutos colhidos quanto as tensões engendradas pela política externa brasileira, mas as imputava às decorrências do crescimento que o país atravessava:

Então, é exatamente essa mudança de foco na política econômica, alinhando-se com outros mercados, que fez com que o Brasil resistisse à crise que atingiu fortemente os Estados Unidos. (...) Claro que ela não gera só virtude. (...) isso também traz revés; especialmente quando candidatos a presidente [de países da América Latina] prometem romper os contratos com o Brasil. É que essa nova postura faz o Brasil também ser entendido como imperialista. Mas esta é a consequência do crescimento político, estratégico, econômico e social do Brasil. Ela se assemelha, com as devidas proporções, à mesma reação que nós tínhamos quando o FMI aqui vinha para ditar suas políticas. Então este é o revés que o Brasil está enfrentando, por ser o mais forte economicamente da América Latina e sócio majoritário do Mercosul (idem, p. 177, grifos meus).

Inexistiam, portanto, no CDES, registros individuais ou coletivos de manifestações ou posições contrárias ao fomento e ao papel subimperialista brasileiro.

3.0 - Conclusão:

O estudo da documentação produzida pelo CDES e a pesquisa sobre os grupos econômicos transnacionalizados nele representados dão conta que havia uma convergência entre as propostas propugnadas pelos documentos de orientação estratégica produzidos (Cartas de Concertação, Agenda para um Novo Ciclo de Desenvolvimento, por exemplo) e o perfil corporativo dos grandes

capitais ali presentes. A orientação programática subimperialista nos governos Lula da Silva não apenas se exprimia e atravessava com clareza os debates e documentos do Conselho, como também o colocava como um dos artifícios institucionais importante e necessário para o seu aprimoramento, difusão e consolidação.

Como arena que carregava um hibridismo representativo da sociedade civil, no Conselho foi costurado e amalgamado um projeto de hegemonia sob a direção do grande capital monopolista. Ainda que poucas e ligeiras tensões resultantes da atuação da política subimperialista se manifestassem no seu interior, a prerrogativa de impulsionamento da expansão dos grandes capitais instaurados no Brasil para outros países compunha o projeto de “desenvolvimento sustentável” almejado e, portanto, balizou sobremaneira a posição do Conselho sobre o tema. Expansão do grande capital e desenvolvimento nacional apareciam intrincados e necessários, mesmo que aos setores minoritários fosse permitido espaço para expressar críticas direcionadas às “correções” sócio-ambientais do projeto, mas não ao projeto em si.

Ao contrário, parece-nos que o CDES teve contribuição relevante para que o grande capital monopolista transnacional pudesse converter expropriações massivas (internas e forâneas) que protagonizavam em suposta assunção das condições de vida das camadas sociais por ele atingidas. Esta operação ideológica adquiriu força material para o capital: Conselho em várias ocasiões não apenas avalizou, como também facilitou e fomentou o aporte de vultuosos recursos do BNDES para grandes grupos econômicos transnacionalizados, expresso por meio de sua própria documentação, elogiado e exigido nas intervenções do Presidente de República.

Como resultado da operacionalização do exercício da hegemonia do grande capital monopolista frente aos demais segmentos representados, o apoio e promoção do Conselho (arena da “concertação social”) ao aprofundamento e expansão do subimperialismo brasileiro, principalmente nos países da América do Sul, ajudou a cancelar, sedimentar e/ou reforçar, perante outros órgãos e agentes estatais, assim como frente a setores ressabiados ou mesmo recalcitrantes da sociedade civil, a naturalização e a legitimidade de um projeto particular e expansionista do grande capital em suposta política estatal de caráter universal, propagado sob o manto ideo-político do “desenvolvimento sustentável”.

4.0 - Referências Bibliográficas e Fontes:

ALMEIDA, Mansueto. *Desafios da real política industrial brasileira do século XXI*. Texto para discussão nº 1452, IPEA, Brasília: 2009.

ATTUCH, Leonardo. O conselheiro rural do presidente. *Revista Dinheiro Rural*, Ed. 54, 04.2009. Grifos meus. Retirado de < <http://revistadinheiro rural.terra.com.br/secao/agronegocios/o-conselheiro-rural-do-presidente>>. Acesso em 29/10/2013.

BERRINGER, Tatiana. A tese do imperialismo brasileiro em questão. *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, Fundação Editora Unicamp, nº 36, 2013, p. 124.

FONTES, Virgínia. Pela abertura do diálogo. In: IRLS-INSTITUTO ROSA LUXEMBURG SITFTUNG. (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. SP: Expressão Popular, 2009.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, luta de classes e democracia no Brasil contemporâneo. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi & SILVA, Marcio Antonio Both. *Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

GARCIA, Ana E. Saggiaro. *A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado, Instituto de Relações Internacionais, PUC/RJ, 2012.

GOMES, Keiti da Rocha. *Internacionalização das empresas brasileiras no mercado argentino*. RJ: IPEA, Texto para discussão, 2011.

IGLESIAS, Roberto Magno & VEIGA, Pedro da Motta. *Promoção de exportações via internacionalização das firmas de capital brasileiro*. s/d.

LÊNIN, V. I. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. In: Obras Escolhidas em Três Tomos. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, vol. 1, 3ª ed, 1986.

NÓVOA, Luis Fernando. O Brasil e seu “desdobramento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. In: IRLS-INSTITUTO ROSA LUXEMBURG SITFTUNG. (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. SP: Expressão Popular, 2009.

PAGNAN, Rogério e ROCHA, Marília. Amigo de Lula é investigado por desvios. *Folha de São Paulo*, 25/05/2011. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2505201111.htm>>. Acesso em 2/10/2013.

RIBEIRO, Fernando J. e LIMA, Raquel Casado. *Investimentos brasileiros na América do Sul: desempenho, estratégias e políticas*. SDC/Funcex: Relatório Final, Julho 2008.

SANTOS, José Carlos dos. Entrevistas com conselheiros: revisitando agendas para o desenvolvimento. In: CARDOSO JR., José Celso, SANTOS, José Celso e ALENCAR, Joana. *Diálogos para o desenvolvimento: a experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sob o governo Lula*. Brasília: IPEA, vol. 2, 2010.

Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Enunciados estratégicos para o desenvolvimento*. Brasília: Presidência da República, CDES, 2006. Disponível em < <http://www.cdes.gov.br/conteudo/15069/documentos-de-orientacao-estrategica.html>>.

Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Cartas de Concertação*. Brasília: Presidência da República, CDES, s/d. Disponível em < <http://www.cdes.gov.br/conteudo/15069/documentos-de-orientacao-estrategica.html>>.

Secretaria de Relações Institucionais. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES. Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento. Brasília: março de 2010. In: In: CARDOSO JR., José Celso, SANTOS, José Celso e ALENCAR, Joana. *Diálogos para o desenvolvimento: a*

experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sob o governo Lula. Brasília: IPEA, vol. 2, 2010.

Secretaria de Relações Institucionais. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES. *Relatório de Gestão – 2007*. Brasília: Presidência da República, 2007.

Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Atas das Reuniões Plenárias do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República – CDES/PR*.